

ATA NÚMERO 110/XIII (3.ª)

A 14 de fevereiro de 2018, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE (11H30)

1. Informações;

2. Aprovação das atas das reuniões de 31 de janeiro, 7 e 8 de fevereiro de 2018;

3. Apreciação e votação do parecer dos [projetos de lei n.ºs 695/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) - Determina o fim da utilização de animais nos circos -, [701/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos -, [703/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses -, [705/XIII \(3.ª\)](#) (PS) - Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e [706/XIII \(3.ª\)](#) (Os Verdes) - Sobre animais em circo:

Relator: Deputado Diogo Leão (PS)

4. Apreciação e votação do relatório referente à Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo nem com a cooperação judiciária em matéria penal - [COM \(2017\) 387](#):

Relator: Deputado Joel Sá (PSD)

5. Discussão do [projeto de resolução n.º 1263/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Recomenda o estabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, conforme o determinado na Lei n.º 107/2001;

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para a audição do Secretário de Estado do Tesouro sobre o Forte de Santo António da Barra;

7. Outros assuntos.

II PARTE (12H00)

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, da Direção do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), sobre a revisão do sistema de apoios públicos ao cinema, a requalificação e a reorganização da orientação estratégica e competências do ICA e as condições desta entidade para o cumprimento da sua missão.

I PARTE (11H30)

1. Informações:

1.1. Audição do Ministro da Cultura

A Senhora Presidente informou da audição, na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, do Ministro da Cultura, sobre a revisão do sistema de apoios públicos ao cinema e a requalificação e a reorganização da orientação estratégica e competências do ICA no dia 7 de março de 2018, às 10 horas. Nesse sentido, questionou as Senhoras e os Senhores Deputados sobre se concordam com a data proposta pelos serviços. As Senhoras e os Senhores Deputados concordaram com o dia 7 de março de 2018, às 10 horas para a realização da audição.

A Senhora Presidente lembrou que a Comissão tem agendada a audição do Ministro da Educação no dia 6 de março de 2018, às 15 horas.

1.2. Colóquio Direitos das Crianças no Desporto

No que respeita ao *“Colóquio Direitos das Crianças no Desporto”*, a Senhora Presidente informou que o Coordenador do Plano Nacional de Ética no Desporto, do Instituto Português da Juventude e do Desporto, Dr. José Lima propõe como nova data para a realização do evento o dia 17 de abril de 2018. As Senhoras e os Senhores Deputados concordaram com a data proposta pelo Dr. José Lima para a realização do colóquio.

1.3. Iniciativas legislativas

Projetos de lei n.ºs 695/XIII (3.ª) (PAN) - *Determina o fim da utilização de animais nos circos* -, 701/XIII (3.ª) (PCP) - *Reforça a proteção dos animais utilizados em circos* -, 703/XIII (3.ª) (BE) - *Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses* -, 705/XIII (3.ª) (PS) - *Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro*, e 706/XIII (3.ª) (Os Verdes) - *Sobre animais em circo*.

A Senhora Presidente informou que os projetos de lei foram discutidos em Plenário e não foram votados, tendo baixado à Comissão em 21 de dezembro de 2017, por 60 dias, para nova apreciação na generalidade e que o prazo para apreciação na Comissão termina em 19 de fevereiro. A Senhora Presidente questionou as Senhoras e os Senhores Deputados sobre qual a tramitação a adotar.

Após uma breve discussão sobre este assunto, a Comissão decidiu a constituição de um grupo de trabalho sobre esta matéria, que iniciará os seus trabalhos depois de a Comissão aprovar o parecer respeitante às iniciativas legislativas supra mencionadas e a prorrogação do prazo para a nova apreciação na generalidade na Comissão, tendo ficado acordado que seria o Senhor Deputado Diogo Leão (PS), autor do parecer das iniciativas legislativas, a decidir o prazo da prorrogação.

A Senhora Presidente informou que, de acordo com o método de *hondt*, a coordenação do Grupo de Trabalho recai sobre o Grupo Parlamentar do PSD.

1.4. Conferência Violência no Desporto

Apreciação das Propostas do Programa da Conferência sobre Violência no Desporto apresentadas pelos Grupos Parlamentares

Após uma breve discussão sobre esta matéria, na qual se registaram as intervenções do Senhor Deputado João Torres (PS), da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), da Senhora Presidente da Comissão e do Senhor Deputado Joel Sá (PSD), este ponto ficou adiado para a próxima semana a fim de serem analisadas as propostas que vão ser entregues pelos Grupos Parlamentares.

1.5. Pedido de audiência da Associação de Produtores Cinema/Audiovisual (APCA) sobre a atividade do cinema

A Senhora Presidente informou do pedido de audiência da Associação de Produtores Cinema/Audiovisual (APCA) sobre a atividade do cinema que vai ser agendado para a próxima reunião da Comissão se houver disponibilidade da entidade.

2. Aprovação das atas das reuniões de 31 de janeiro, 7 e 8 de fevereiro de 2018

As atas das reuniões de 31 de janeiro, 7 e 8 de fevereiro de 2018 foram aprovadas por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Apreciação e votação do parecer dos [projetos de lei n.ºs 695/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) - Determina o fim da utilização de animais nos circos -, [701/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos -, [703/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses -, [705/XIII \(3.ª\)](#) (PS) - Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e [706/XIII \(3.ª\)](#) (Os Verdes) - Sobre animais em circo

Este ponto ficou adiado para uma reunião posterior da Comissão, a fim de ser analisado o parecer dos projetos de lei n.ºs 695/XIII (3.ª) (PAN) - Determina o fim da utilização de animais nos circos -, 701/XIII (3.ª) (PCP) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos -, 703/XIII (3.ª) (BE) - Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses -, 705/XIII (3.ª) (PS) - Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e 706/XIII (3.ª) (Os Verdes) - Sobre animais em circo -, que vai ser entregue pelo Deputado Relator.

4. Apreciação e votação do relatório referente à Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo nem com a cooperação judiciária em matéria penal - [COM \(2017\) 387](#)

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) fez a apresentação do relatório, que uma vez submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. Discussão do [projeto de resolução n.º 1263/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Recomenda o estabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, conforme o determinado na Lei n.º 107/2001.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) solicitou que o projeto de resolução n.º 1263/XIII (3.ª) (BE) - *Recomenda o estabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto* -, fosse discutido na próxima reunião da Comissão. A Comissão decidiu que o projeto de resolução supra mencionado seja discutido na próxima reunião da Comissão.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para a audição do Secretário de Estado do Tesouro sobre o Forte de Santo António da Barra

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) fez a apresentação do requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP para a audição do Secretário de Estado do Tesouro sobre o Forte de Santo António da Barra, que uma vez submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Outros assuntos

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) referiu que o Grupo Parlamentar do BE apresentou naquele dia um requerimento para a audição do Senhor Ministro da Cultura, sobre a situação do serviço público e das entidades artísticas que o prestam face ao atraso no concurso para financiamentos plurianuais da Direção-Geral das Artes (DGARTES). A Senhora Presidente disse que a apreciação do requerimento do Grupo Parlamentar do BE terá de ser agendado para a próxima semana uma vez que não consta da ordem do dia.

II PARTE (12H00)

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, da Direção do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), sobre a revisão do sistema de apoios públicos ao cinema, a requalificação e a reorganização da orientação estratégica e competências do ICA e as condições desta entidade para o cumprimento da sua missão.

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Presidente do Conselho

Diretivo, Dr. Luís Chaby Vaz, à Vice-Presidente, Dra. Maria Mineiro e à Diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual, Dra. Cláudia Martins. De seguida, a Senhora Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), que sumariou as questões subjacentes ao requerimento:

- Se o ICA tem hoje plenas condições para o cumprimento da sua missão que é apoiar o desenvolvimento das atividades cinematográficas e audiovisuais;
- Se o ICA tem os meios financeiros, materiais e humanos que lhe permitam cumprir a sua missão integralmente, sendo mais do que um instituto esvaziado de funções, um mero gestor de concursos de apoios;
- Qual é a visão estratégica, o que caracteriza o cinema português, o que o diferencia, quais são as valias do cinema português;
- Quais é que são as prioridades em termos da política cultural que o ICA vai conceder no concreto ao desenvolvimento do cinema português e à criação cinematográfica;
- No que respeita ao enquadramento legislativo estão em curso mudanças que o Grupo Parlamentar do PCP tem conhecimento que vão ter implicações ao nível de regulamentos, há matérias que vão sair do âmbito dos diplomas que fazem o enquadramento legislativo e que vão ser lateralizados para a regulamentação. Assim, questionou que linhas gerais é que devem presidir à regulamentação que estará prevista, evitando a todo o custo as situações de discricionariedade.

Em resposta, os representantes do ICA mencionaram que o ICA se vê com um papel bastante mais amplo e estratégico do que apenas um mero gestor de concursos públicos, sem prejuízo de considerarem que aquilo que é a gestão concursal desempenha no seu dia-a-dia um papel importantíssimo.

Referiram que o ICA para além de ter esta componente da gestão concursal, tem outra frente importantíssima de atuação que trata das questões de afirmação do papel da indústria do cinema e do audiovisual em Portugal e nesse sentido tem estado a desenvolver um papel bastante relevante na criação de condições de fixação de algum investimento estrangeiro em Portugal, seja pela criação de infraestruturas, seja na busca de projetos de rodagem em Portugal.

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) referiu que o que está em causa é, nomeadamente, a escolha dos júris para os concursos do ICA. No centro da questão está o

papel da Secção Especializada do Cinema e Audiovisual (SECA). Questionou sobre se houve ou não da parte da direção do ICA negociações com o setor para elaboração da nova proposta legislativa, se há ou não vontade política em obter legislação que seja aceite por produtores, por realizadores, por todos os parceiros do cinema. Portanto, se há interesse por parte do Governo em avançar com alterações profundas ao sistema da escolha dos jurados, retirando essa competência à SECA. Donde, perguntou se vão ocorrer essas alterações profundas e qual a data para a entrada em vigor desta nova regulamentação.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) disse que uma questão importante prende-se com a captação do investimento cinematográfico estrangeiro em Portugal, os países são muito competitivos nesta área, Portugal está num momento de grande visibilidade externa e, portanto, é um excelente momento para captar a atenção e o investimento de produtores e realizadores internacionais. Pelo que, questionou que projetos é que o ICA tem para fazer a captação daquele investimento.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) perguntou o que é que para o ICA caracteriza e é importante naquilo que diz respeito ao cinema português, há uma identidade do cinema português, há uma matriz que permita de alguma forma valorizar aquilo que tem efetivamente acontecido, designadamente na visibilidade que traz ao país não num ou outro festival, mas em festivais de classe A porque são esses que efetivamente contam.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) questionou os representantes do ICA sobre se há alguma estratégia definida relativamente aos apoios, ou seja, atribuir mais verbas para os projetos que se antecipe que possam ser melhor recebidos pelo público ou a lógica é fazer uma repartição igualitária. Com efeito, outros países apostaram muito em projetos que sabiam que iam ser muito bem-vindos pelo público, que iriam ter essa valorização, em detrimento porventura de projetos de experimentação artística.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a visão estratégica do ICA não é o cinema é o turismo e é mais um plano detalhado de vinda da indústria estrangeira para Portugal do que do desenvolvimento do cinema português. Disse que o Grupo Parlamentar do PCP lançou o desafio para se falar na Comissão do que é a visão estratégica sobre o cinema português e passaram a audição quase toda a falar daquilo que é a vinda da indústria estrangeira para Portugal, falaram de incentivos, de comissões e de ferramentas para aquilo que é a vinda dos estrangeiros para Portugal e não falaram sobre as ferramentas de

desenvolvimento do cinema português para aqueles que têm que fazer a sua atividade em Portugal.

Mencionou que é gravíssimo que a Direção do ICA venha à Comissão assumir uma incapacidade desta entidade para a constituição de uma bolsa de jurados, para a composição de júris. Depois percebem qual é a questão, depois a *conta-gotas* vêm surgindo os problemas que são: o subfinanciamento, os trinta funcionários que se calhar são insuficientes, a não desconcentração dos serviços e não terem força promocional de coisa alguma porque isso implica dinheiro.

Frisou que a dependência estrita do financiamento do ICA e da política de cinema em Portugal daquilo que é a cobrança de taxas a operadores, tornando integralmente dependente esta de políticas de privados e não havendo um esforço público por via do Orçamento de Estado compromete integralmente a política cultural de produção cinematográfica.

Os representantes do ICA responderam às questões colocadas pelas Senhoras e Senhores Deputados tendo referido, designadamente que têm prevista uma revisão do [Decreto-Lei n.º 124/2013, de 30 de agosto](#), no sentido de o tornar mais simples, eficaz e sobretudo permitir pela via regulamentar uma agilidade de atuação que o ICA não dispõe no atual sistema, o que não é propriamente promover uma discricionariedade.

Referiu que sobre os sistemas de incentivo têm estado a trabalhar de uma forma muito estreita com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e com a Secretaria de Estado do Turismo, no sentido de criarem diversos mecanismos que visem tornar Portugal num dos mais competitivos territórios para filmagens na Europa. Salientou que foi criado um Fundo de Turismo e Cinema no montante de cerca de 50 milhões de euros, dos quais 10 milhões são dedicados à captação de rodagens para Portugal.

Disse que relativamente ao papel do cinema português e o papel sobretudo de um determinado tipo de cinema português que tem vindo de facto a ter enorme reconhecimento internacional é óbvio que quer para esse cinema, quer para as restantes formas de expressão cinematográfica que são menos alinhadas, o ICA procurará garantir condições ótimas de filmagem e de financiamento desses projetos.

Disse que as verbas para o cinema têm vindo a aumentar, em 2018 estão alocados 18 milhões de euros, quase 19 milhões de euros, para investir, sendo que no ano pretérito a alocação correspondeu a 16 milhões de euros.

Na segunda ronda registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE) e Ana Mesquita (PCP) que questionaram os representantes do ICA, nomeadamente sobre qual é o fio condutor que o ICA está a seguir, onde é que se verifica a escassez de meios, qual o processo de formação e de captação de públicos, no que respeita às fontes de financiamento, as taxas e contribuições que as operadoras pagam para financiar o cinema, até que ponto o ICA se encontra numa rede de compromissos que o induz a ter de ceder a outros interesses que não aqueles para os quais a missão do ICA aponta, bem como a necessidade de diversificação das fontes de financiamento do ICA, em particular através do Orçamento de Estado.

No final, os representantes do ICA responderam às questões colocadas.

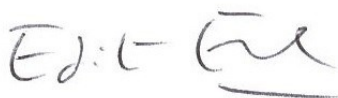
Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Presidente do Conselho Diretivo, à Vice-Presidente e à Diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual os esclarecimentos prestados.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 14:03 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de fevereiro de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 20 de fevereiro de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Joana Barata Lopes
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Constança Urbano de Sousa
Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro
Firmino Pereira
Ivan Gonçalves
João Azevedo Castro
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro
Sara Madruga da Costa